

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte CORREIO BRAZILIENSE Class.: 899

Data 14/08/85 Pg.: \_\_\_\_\_

**Funai cobra de estatais indenização aos índios**

Os órgãos públicos responsáveis no Governo passado pela construção de ferrovias, linhas de transmissão, barragens e rodovias em 14 áreas indígenas e que não efetuaram o pagamento da indenização aos índios serão cobrados agora pela Funai. A informação foi prestada à imprensa, ontem, pelo órgão, que já iniciou o levantamento das obras não indenizadas e seus respectivos valores.

Entre os órgãos a serem acionados pela Funai, constam a Eletrosul, responsável pela construção de uma linha de transmissão que corta três reservas indígenas no Paraná; a Estrada de Ferro Central do Paraná, por uma ferrovia na região de Queimada; a Central de Eletricidade do Mato Grosso (Cemat), pela construção de barragens em duas reservas; a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), uma barragem em área indíge-

na na Bahia; o Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso, pela construção de duas estradas em reservas indígenas; o DER/Paraná e o DNER, também pela construção de uma estrada na região do rio das Cobras.

Mais 27 áreas indígenas, num total de 6 milhões, 151 mil e 53 hectares, serão demarcadas até dezembro, segundo revelou ontem a Funai, que demarca atualmente 3 milhões, 922 mil e 983 hectares no Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, atividade que envolve investimentos da ordem de Cr\$ 1,8 bilhão. O órgão anunciou, ainda, a aplicação de cerca de Cr\$ 40 bilhões em projetos agrícolas, agropecuários, educacionais e de apoio às comunidades indígenas.

No primeiro semestre deste ano, foram identificadas, pelo Departamento de Patrimônio Indígena da Funai, 40 áreas, representando 10 milhões, 880 mil e 227 hectares. Dessas, 31 já

foram submetidas ao grupo interministerial (Ministérios do Interior e da Reforma e Desenvolvimento Agrário) encarregado de definir as terras indígenas. Outras 17 áreas, ocupando 2 milhões, 228 mil e 70 hectares, foram demarcadas.

A Funai instalou ontem sindicância para apurar a prisão do padre Balduino Loebemf, efetuada pela Polícia Militar, acusado pelo antropólogo da Fundação Nacional do Índio, Célio Horst de estar armando os índios Rikbatsa e os incitando à violência para conquistar as terras que pleiteiam em Barranco Vermelho, Mato Grosso. Uma comissão vai apurar se houve violência da Polícia Militar na remoção dos índios da área, quando o padre Balduino foi preso, no início de agosto. Os Rikbatsa têm uma área demarcada desde o final da década de 60, mas não foram incluídas terras que eles pleiteiam desde então.